

Apresentação

De família, reprodução e parentesco: algumas considerações*

A família, como assunto de análise, tem gozado de pouca popularidade entre os cientistas sociais nas últimas décadas. Não é por acaso que, na introdução ao dossiê especial sobre “comportamentos familiares” da *Revista Interseções*, Clarice Peixoto e Michel Bozon (2001:25) chamam atenção para o fato dos autores, especialmente os brasileiros, não explicitarem espontaneamente a análise dos comportamentos familiares. É como se o material sobre as relações familiares emergisse *apesar* dos analistas. Aliás, não só os brasileiros sentem desconforto com a “família”. Bob Edgar (2003), pesquisador britânico, abre um recente volume sobre a *Sociologia das Famílias*, comentando o desafeto de pesquisadores com o tema e apontando para os ardis analíticos que parecem assombrar o campo. Se, por um lado, existe uma tendência de reificar as “estruturas familiares”, sobre-determinando sua influência sobre os membros da família, por outro, confrontamo-nos com a análise psicológica centrada no “self”, que, dominada pela ideologia individualista, pensa a coletividade em termos de suporte ou entrave à realização pessoal. Em recente artigo, eu mesma analiso o suposto “período de silêncio” que encobriu discussões antropológicas sobre o parentesco por mais de uma década (Fonseca, 2004). É como se, depois da obra seminal de Schneider (1984), “o parentesco” – essa mola mestre da disciplina – tivesse expirado de vez. Somente no final dos anos 90 – e com problemática radicalmente transformada em função de críticas advindas da pesquisa feminista, pós-colonialista, gay e lésbica, etc. – testemunhamos o retorno de

* Gostaria de agradecer a ajuda na organização desse volume de Iara Beleli e Flavia de Mattos Motta.

Apresentação

estudos com enfoque remanescente do antigo campo de “família e parentesco”.

Assim, quando fui convidada pelas editoras dos *cadernos pagu* a organizar um volume sobre “família” (ou, assim que entendi o convite), fiquei em dúvida como proceder. Por onde começar, quando se trata de um termo que já viveu tantas vidas e que hoje aparece, de forma quase sub-reptícia, esparramado entre várias novas rubricas? Resolvi, desde o início, concentrar-me na ótica antropológica – isto é, selecionar estudos que valorizam o método qualitativo, em geral etnográfico, e sua capacidade de captar experiências vividas por homens, mulheres, adultos e crianças em carne e osso. Uma segunda decisão foi evitar a duplicação de esforços já feitos por outros. No Brasil, existem centros muito dinâmicos especializados nos estudos de gênero, família e sexualidade, cada um com abordagem própria que traz novidades para o campo. Nesses centros, concentram-se equipes de pesquisadores de longa caminhada, que produziram obras coletivas que refletem perspectivas amadurecidas.¹ Mas eu não tinha a pretensão de fazer um “balanço” dessas pesquisas – o que certamente arriscaria achatar experiências ricas e diversas que, ademais, já têm boa divulgação no país.

Coerente com a proposta dos *cadernos pagu*, impunha-me uma outra condição – refletir sobre a contribuição feminista à evolução de análises nessa área temática. Não tive a ocasião de fazer uma pesquisa historiando etapas, tal como fiz em outro lugar sobre parentesco (Fonseca, 2004). Porém, minha experiência pessoal, enquanto acadêmica em constante interlocução com pesquisadoras do Brasil e de outras partes do mundo, me convencia de que havia, nas discussões sobre dinâmicas familiares na sociedade contemporânea, uma participação decisiva – embora nem sempre reconhecida – de pesquisadoras feministas. Tirei inspiração, em particular, de uma linha de análise que vim a

¹ Cf. Heilborn *et alii*, 2005; Duarte *et alii*, 2006; Debert *et alii*, 2006; Grossi e Schwade, 2006; Grossi *et alii*, 2007, para citar algumas obras mais recentes.

reconhecer em 2005, durante um Congresso sobre “Perturbações reprodutivas: a ausência involuntária de filhos, adoção e outras complexidades reprodutivas²”, organizado pelo Instituto para Pesquisa sobre Mulheres e Gênero (Institute for Research on Women and Gender – IRWG) da Universidade de Michigan para discutir “situações em que a narrativa linear padrão de concepção, nascimento e o progresso da próxima geração é de alguma forma interrompida” (Inhorn, 2007:1).³ Se, à primeira vista, o título parecia estreitar a discussão a poucas questões, o programa do evento revelava outra realidade. Este incluía trabalhos não somente sobre aborto, homoparentalidade, políticas eugênicas, e novas tecnologias reprodutivas, mas também sobre os desafios reprodutivos enfrentados por pessoas em situação de doença, de guerra, de migração, de grande pobreza, de discriminação social e política... De fato, o grande leque de assuntos acabou por dar a impressão de que, vista sob a lupa da teoria crítica, nenhuma “família” segue a “narrativa linear padrão”.

Estava claro que o que unia os participantes não era tanto o objeto empírico (que, na maioria de casos, envolvia, de alguma forma, maternidade, paternidade, espaços domésticos...), mas, sim, a abordagem. Aqui, a perspectiva comparativa, típica de certa antropologia norte-americana e reforçada pela justaposição de pesquisadores oriundos de mais de trinta países, servia não apenas para localizar semelhanças (forças e tendências globais), mas também para ressaltar contrastes e, assim, colocar novas perguntas sobre as particularidades de cada contexto. Na visão crítica da maioria dos estudos, as “perturbações” reprodutivas apareciam não como a quebra de algum parâmetro idealizado, mas como processos concretos que revelam tensões entre o *agency* reprodutivo de mulheres e homens e as forças estruturais

² No original, “Reproductive disruptions: childlessness, adoption and other reproductive complexities”.

³ Ver também Birenbaum-Carmeli e Inhorn [no prelo]; Leinaweaver e Fonseca, 2007.

Apresentação

que perpassam suas vidas. Atravessando as discussões, existia um esforço comum para desbancar visões eurocêntricas, que naturalizam um ou outro modelo de reprodução, e realizar um programa analítico que coloca em relevo processos de hierarquia, desigualdade e diferença.

Na introdução ao evento, a organizadora principal falava de uma recente “explosão” de pesquisa em ciências sociais sobre a construção social e a elaboração cultural de fenômenos ligados ao ciclo reprodutivo humano – uma explosão que ela, como outros palestrantes, atribuía em grande medida ao movimento feminista e à entrada no mundo acadêmico de um número crescente de mulheres (Inhorn, 2007:1).⁴ A própria “antropologia da reprodução” – noção que inspirou o congresso em Michigan – remete a uma linha de análise, apresentada por suas fundadoras, Faye Ginsburg e Rayna Rappa (1991, 1995), como ponto de convergência entre a antropologia, a teoria feminista e o ativismo social. Trata-se de uma abordagem feminista que valoriza, mas não se limita aos estudos “de gênero”.⁵ Assumindo uma postura crítica em relação à abordagem convencional sobre assuntos de mulher e criança (descritas como um tipo de “história natural” da família), essas pesquisadoras propõem integrar questões sobre a “criação de novas gerações” dentro de uma preocupação mais ampla e mais política. Lembrando que, para a antropologia, a reprodução envolve muito mais do que a procriação, as autoras valorizam estudos etnográficos que falam tanto de desigualdades transnacionais quanto de subjetividades individuais, que investigam políticas de governo e programas de intervenção tanto quanto relações interpessoais da esfera doméstica. Afinal, para elas, a reprodução (incluindo ambos os sentidos – biológico e social), inextricavelmente ligada à produção da cultura, deve ser colocada no centro da teoria social (Id., 1995:2).

⁴ Ver também Inhorn e Balen, 2002; Browner, 2000.

⁵ Ver Bonetti (2007) para uma discussão de uma “antropologia feminista” que se propõe partir da noção de gênero (enquanto categoria fundamental de diferenciação) para explorar a produção de todo tipo de desigualdade.

Cabe, no entanto, reconhecer que a crítica feminista extrapola as fronteiras disciplinares. Dentro da linha discutida aqui, *Rethinking the Family* (Thorne e Yalom, orgs.) – publicado em 1982 e reeditado dez anos mais tarde em forma ampliada com o subtítulo *Some Feminist Questions* – foi uma das últimas obras de grande impacto a incluir “a família” no título. No capítulo introdutório da segunda edição, Thorne (1992:4) expõe perspectivas não muito distantes das de Ginsburg e Rapp. Ao retomar “duas décadas de pensamento feminista sobre a família” – incluindo pesquisas da história, da sociologia, da filosofia, da psicologia e da antropologia – a autora ressalta cinco pontos centrais de uma nova abordagem crítica:

1) A transformação da “família” de unidade natural, arraigada em processos biológicos, em produto ideológico historicamente produzido;

2) A ênfase nas estruturas subjacentes de gênero, geração, sexualidade, raça e classe – estruturas que sublinham divisões sociais e desigualdades;

3) A ressignificação do trabalho de “cuidar” (*nurturance*), e a crítica às oposições indivíduo x comunidade, privado x público.

4) A valorização das vivências diferenciais da vida familiar que destacam tanto experiências de conflito e abuso quanto apoio;

5) A rejeição da noção de família enquanto unidade auto-contida (autônoma ou isolada), e a insistência na relevância de políticas sociais e outras forças nacionais ou globais que perpassam as relações inter-pessoais.

Se, nos últimos quinze anos, houve mudanças no cenário mundial, urgindo para certos acréscimos a essa lista, os pontos esboçados por Thorne mostram-se ainda de grande relevância. Trata-se de questões que, de forma significativa, passariam a prevalecer nas obras de um amplo espectro de acadêmicos, dentro e fora da militância feminista.

Tomo as orientações expressas nessa literatura como ponto de partida para a apresentação deste dossiê. Cabe reconhecer que

Apresentação

os colaboradores incluídos aqui não formam uma escola de reflexão. São oriundos de tradições intelectuais diversas, com problemáticas formuladas em interlocução com as preocupações teóricas gerais da disciplina.⁶ Apesar de enfocarem a esfera da reprodução e, de uma forma ou outra, as relações de gênero, nem todos explicitariam uma afiliação à pesquisa feminista. Entretanto, tal como Inhorn, Ginsburg e Rapp, e Thorne, cada um, a sua maneira, põe seu olhar crítico a serviço de um programa de estudos que desmistifica qualquer noção de família “natural” ou mesmo “moderna”, nos obrigando a situar a problemática dentro de uma discussão sobre reprodução no sentido amplo – a reprodução de uma situação econômica, de um *status quo* político, de um sentimento de pertencimento ou exclusão... A riqueza das experiências relatadas em cada um desses artigos nos fala, enfim, da variabilidade de condições estruturais em jogo e nos sugere pistas para futuras investigações.

A família – de *a priori* a objeto de análise

A irritação de pesquisadoras feministas com a produção convencional estava manifesta, já na primeira edição de *Rethinking the Family*, no artigo produzido por Collier, Rosaldo e Yanagisako (1992[1982]) com o título provocador “Existe a família?”. Comentando a produção sobre família e parentesco dos anos 70, as autoras lamentam o fato de que os analistas tenham

⁶ Encontram-se aqui artigos apresentados na sessão, “Human agency and kinship: new paradigms?”, organizado por Barbara Yngvesson durante a 7ª *Reunião Bianual da EASA* (Copenhague, 2002); na reunião “Reproduction, Globalization and the State”, organizada no Centro Rockefeller de Conferências (Bellagio, 2006) (ver Browner e Sargent, no prelo); no Forum, “De filias y fobias: del parentesco biológico al cultural. La adopción, la homoparentalidad y otras formas de construcción de familias diversas”, organizado por Diana Marre e Joan Bestard na Universidade de Barcelona (Barcelona, 2006); e no *workshop* organizado por Myriam Lins de Barros, “Mudança Social, Gênero, Gerações e Classes: Perspectivas Comparativas. Evento em Comemoração pelos 70 anos da ESS/UFRJ” (Rio de Janeiro, 2007).

descartado, juntamente com o evolucionismo, elementos interessantes da análise engeliana. E, mais grave ainda, que tenham abandonado a investigação histórica para se aproximar de um funcionalismo malinowskiano postulado numa essência transcultural da família e remetido, no fundo, a características biológicas de cada sexo. Trata-se de um artigo que antecipou tendências – a “desnaturalização” do modelo hegemônico e o resgate da análise contextualizada das diversas formas familiares – que, propulsionadas por novos acontecimentos sociais, se manifestariam em peso nos anos seguintes.

Nessa época, pesquisadores passaram a constatar mudanças nas práticas familiares dos euro-americanos (dependendo do país: diminuição das taxas de casamentos, alta das taxas de divórcios, alta do número de crianças nascidas fora do casamento, proliferação de unidades domésticas de três gerações, etc.) –, mudanças que levantavam a suspeita de que “a família” (entendida como conjugal e nuclear) não era – nem no mundo euro-americano – tão hegemônica como os evolucionistas tinham imaginado. No entanto, outras motivações – de ordem política – instigavam os pesquisadores a repensar os termos da análise. No rastro do “declínio do estado de bem-estar social” e do aumento preocupante da pobreza, estes teceram uma crítica à crescente tendência, em políticas de intervenção, de ver a família como *locus* privilegiado de problemas e soluções sociais.⁷ Críticas acadêmicas aos modelos rígidos de “papéis familiares” baseados na “socialização primária”, assim como à centralidade da noção de “auto-estima” em programas de intervenção – em suma, o combate a perspectivas vistas como “psicologizantes” – visavam evitar a “culpabilização das vítimas”, garantindo que fatores políticos e econômicos encontrassem seu lugar na análise da vida familiar (Rosaldo, 1995[1980]; Stacey, 1990; Ivy, 1995; Ward, 1995).

⁷ Ver Meyer (2006) para uma atualização dessa crítica no quadro do Brasil contemporâneo.

Apresentação

De uma forma ou outra, o complexo freudiano – com seus pressupostos universalizantes –, classicamente fechado sobre o núcleo pais-filhos, assume uma importância analítica bem diferente da época parsoniana. “A família” não deixa de ser apreciada enquanto um valor de importância crucial para muitas pessoas. Porém, fica acordado que usar essa “categoria nativa” como termo analítico encerra certo perigo. Arrisca criar uma confusão que coloque a ciência a serviço das verdades conservadoras do senso comum. Assim, em vez de ser concebida como unidade natural, “célula básica” de qualquer sociedade, e instituição chave para a saúde mental de todo indivíduo, “a família” passa a ser analisada como uma noção política e científica historicamente situada.

No artigo de Jelin (neste volume), “a família” aparece claramente como “produto ideológico”, força moralizadora de determinada época. Ao descrever a ditadura argentina (1976-1983), a autora lembra o quanto a noção de família como “célula básica” da sociedade serviu às forças de repressão. Tomada no sentido literal, a família motivava campanhas para exortar “pais, mães e filhos sadios de nosso país” a cuidar do lar e, no sentido metafórico, justificava medidas violentas do governo que, enquanto autoridade suprema da nação, tinha a responsabilidade paterna de zelar pela segurança dos filhos/cidadãos. É compreensível que os movimentos de oposição mais bem-sucedidos – os que resultaram no movimento *Madres* (e, depois, *Abuelas*, e, ainda, *Hermanos*) *de Plaza de Mayo* – procuravam legitimidade, agindo em nome dessa mesma família. A grande originalidade do estudo de Jelin, entretanto, aparece quando ela traz seu olhar escrutinador para o cenário atual das campanhas pelos direitos humanos. Houve um momento quando o movimento das *Madres* fazia um esforço para ampliar o sentido do vínculo familiar, afirmando que “todos os desaparecidos são filhos de todas as mães”. Porém, hoje, medidas legais de reparação (personalizadas e individualizadas), assim como a introdução de testes de DNA para localizar os filhos dos

desaparecidos (os que foram dados em adoção a simpatizantes da ditadura), tendem, cada vez mais, a circunscrever o círculo de vítimas da ditadura a parentes no sentido mais literal da palavra. Assim, uma nova espécie de familismo se imiscui na memória dos argentinos, deixando outras vítimas no esquecimento e impedindo outro tipo de luta política, mais inclusiva e igualitária – uma luta que apresentaria sua motivação, e exporia a verdade do sofrimento, em outros termos e não apenas os de relações biológicas.

Corrêa (neste volume), apoiada numa farta literatura de pesquisa feminista, revisita certos elementos da obra freudiana, levantando reflexões acerca das noções científicas que, ao pretenderem revelar as verdades profundas da vida familiar, ajudaram a consolidar a norma hegemônica. A autora evoca a clássica desvalorização das atividades domésticas na literatura científica para perguntar como, apesar de as babás estarem onipresentes no romance familiar dos círculos de Freud, sua presença não consta na formulação das teorias do mestre, nem entre os debates de seus seguidores. Com o resgate das imagens de babás – nos relatos, nas cartas e nos sonhos da época – torna-se evidente como, na Áustria vitoriana, a intromissão das empregadas domésticas (muitas vezes de cor mais escura, quase sempre de classe inferior) representava um “buraco na célula social”, trazendo para dentro da família burguesa o perigo da poluição moral. As empregadas-babás-governantas aparecem nas lembranças reais como ladra, castradora e, nos sonhos, como sedutora, primeira mestra de assuntos sexuais. No entanto, a teoria de sedução, formulada por Freud no final do século XX, ignora o despertar erótico do menino pelas mãos da babá (enquanto analisa longamente o desejo culpado do filho por sua mãe). Sob a lente da teoria feminista, emerge a centralidade da oposição mãe boa-babá má (reeditada na cisão santa-puta) que teria origem não num arquétipo universal, mas nas estruturas de classe e raça que permeiam a unidade doméstica. Ao trazer a discussão para o Brasil, Corrêa sugere que, aqui, a enorme

Apresentação

ambivalência, que ressentida a criança em relação a sua babá, volta na mitificação da “mulata gostosa”, o que só ocorre às custas da negação da mulher negra em carne e osso. A análise vasculha, assim, a questão das subjetividades formadas no seio da família nuclear, mas, longe de concentrar-se nas possíveis consequências patológicas para a psicologia individual (enfoque da psicologia normativa – “saber-poder” da família nuclear), ressalta como noções altamente “sociais” de classe, cor e hierarquia sexual se reproduzem nesse processo, se imiscuindo dentro das próprias teorias científicas.

A “reprodução estratificada” redobra a ênfase na desigualdade

Brites (neste volume), trabalhando, como Corrêa, a ambigüidade afetiva envolvida na relação entre empregadas domésticas e membros da família (neste caso, brasileira) que a emprega, formula sua análise em termos da antropologia da reprodução. Inspira-se, em particular, na teoria da “reprodução estratificada”, cunhada por Colen em estudo sobre empregadas domésticas – a maioria “afro-caribenha” – em famílias de mulheres profissionais nova-iorquinas. Essa ótica ressalta como o trabalho reprodutivo – isto é, o trabalho “físico, mental e emocional necessário para a geração, criação e socialização de crianças, assim como a manutenção de casas e pessoas (da infância até a velhice)” (Colen, 1995:78) – é valorizado de forma diversa conforme o acesso diferencial dos atores a recursos sociais e materiais. Existe uma clara complementaridade entre a dinâmica familiar da mulher profissional, com suas crianças cuidadas no lar (graças à presença da empregada), e a da empregada doméstica, com suas crianças “em circulação” (já que não há outra maneira para essa trabalhadora, mal-paga e de pouco prestígio, cuidar delas...). Entretanto, enquanto a primeira é apresentada como alternativa, senão ideal, pelo menos aceitável, a segunda é frequentemente rotulada de “desorganizada”. Centrando suas descrições etnográficas nas trocas entre as empregadas e as

crianças das quais cuidam, Brites revela a intensidade afetiva dessa relação. Ao mesmo tempo, fitando práticas e conversas envolvendo sexualidade, higiene e o uso do espaço, a autora mostra que, apesar do (ou talvez devido ao) forte envolvimento afetivo, essas relações se inserem dentro de uma “didática da distância social”, inscrevendo nos indivíduos sensibilidades de cor, classe e gênero que reproduzem as formas de discriminação da sociedade vigente.

Conforme recente comentário de Ginsburg e Rapp (*apud* Inhorn e Van Balen, 2002:3), a antropologia da reprodução produziu, nesses últimos anos, dezenas de novas genealogias intelectuais. Entre estas poderia ser incluída a linha que procura ressemantizar o trabalho de “cuidar” de outros – atividade que, em geral, é privilégio de mulheres dentro do espaço doméstico. Zelizer, por exemplo, no seu livro *The Purchase of Intimacy*, tece uma crítica ao que chama “a hipótese de mundos hostis” – uma noção prevalente no imaginário social que postula uma radical separação entre, por um lado, a esfera “familiar”, supostamente regida pelo altruísmo puro, e, por outro, a esfera do mercado, regida por uma lógica financeira. Para a autora, essa perspectiva reforça estigmas contra quem cuida de velhos, doentes e crianças por dinheiro, justificando o eterno baixo *status* (e, por conseguinte, baixo salário) de quem não “se doa” a essas tarefas de forma “desinteressada”, por amor à família (Zelizer, 2005). Os artigos de Corrêa e Brites oferecem farto material para levar adiante mais essa linha de debate.

Parentesco – alternativas à matriz biológica de conexão

É importante ressaltar que o “parentesco”, como aparece em estudos antropológicos atuais, andou muito desde a versão clássica do conceito. Como lembram Franklin e McKinnon (2001:6), não se trata de uma “Bela Adormecida” disciplinar, resgatada intacta pelo beijo de um príncipe. Depois que Schneider publicou *A Critique of the Study of Kinship* (1984), livro no qual

Apresentação

denuncia o etnocentrismo dos próprios modelos de análise antropológica, nenhum analista poderia voltar ao uso dos velhos modelos sem certo arrepio. Entre as várias respostas a esse mal-estar, a proposta de Janet Carsten em *Cultures of Relatedness* é, atualmente, uma das mais citadas. Para afastar a discussão da oposição entre o biológico e o social, na qual boa parte dos estudos antropológicos se atolou, a autora sugere uma mudança de vocabulário: propõe empregar o termo “conectividade” (*relatedness*) “em oposição ou ao lado de ‘parentesco’ para assinalar uma abertura para idiomas indígenas de conexão” (Carsten, 2000:4). A coletânea por ela organizada apresenta exemplos etnográficos de situações contemporâneas na China, no Alasca, em Madagascar e na Inglaterra (entre outros) para entender quais símbolos – além do sangue, do sêmen e do leite materno – remetem à “substância compartilhada” (*shared substance*) e que criam o tipo de relação profunda e duradoura, normalmente associada à esfera de parentes. Trata-se de uma noção de “conectividade” cuja relevância se declara repetidamente nos artigos que seguem neste dossiê. Gostaria, ainda à guisa de introdução, de elaborar apenas um elemento dessa abordagem que dialoga com um tema particularmente rico – o da “família adotiva”.

Devemos lembrar que, ao longo dos anos 80 e 90, acontecimentos na sociedade dos pesquisadores impulsionaram novas perspectivas sobre a vida familiar. Muito foi dito sobre a popularização de novas tecnologias reprodutivas, além da visibilidade crescente das relações gay e lésbica – práticas que ressaltaram a noção de “famílias que escolhemos” (Weston, 1992). Mas cabe também lembrar que na década de 80 se iniciou uma onda de adoções transnacionais – processo pelo qual muitas famílias, na América do Norte e na Europa, passaram a incluir nos seus lares crianças adotadas de além-mar. A existência dessas famílias, muitas vezes “transraciais”, desmascarava as origens não-biológicas da filiação. Será por acaso que, praticamente ao mesmo tempo, o parentesco, enquanto conceito analítico, volta

revigorado justamente por estudos etnográficos sobre a circulação de crianças na Oceania (Schneider, 1984) – um parentesco “dessubstancializado”, que incluiria, cada vez mais, formas de conectividade além do sangue (Carsten, 2000, Howell, 2001)? Modificar a noção de natureza que subjaz a família, rompendo a associação necessária entre sexo, conjugalidade e família, não seria uma inovação teórica que vem ao encontro das sensibilidades de um “imaginário” que investe grande valor afetivo no laço adotivo?

Neste dossiê, o artigo de Yngvesson mostra claramente como a incorporação de crianças africanas, latino-americanas e asiáticas em famílias suecas acentua a “plasticidade” do parentesco idiomático. Ao seguir as ambivalências de adultos criados em famílias adotivas, a autora documenta a crença na “base” biogenética do vínculo familiar e, ao mesmo tempo, revela o trabalho investido na produção de novas formas de conexão. Ao realizar a “viagem de retorno” ao seu país de nascimento, esses jovens “totalmente suecos” aprendem a relativizar suas noções euro-americanas de parentesco. Vide o exemplo da menina que aprende que, na Etiópia, as famílias incluem, de forma quase rotineira, pessoas que não são ligadas pelo sangue. Com isso, ela começa a repensar o que significa ter sido adotada: tal *status* (que, na Suécia, representa algo enorme) “lá (na Etiópia), não é grande coisa”. À medida que esses indivíduos falam de seus “semelhantes”, vemos as múltiplas camadas de pertencimento, ora referindo-se a imigrantes que têm uma fisionomia parecida, ora a conterrâneos suecos com quem compartilham a língua e outras práticas culturais, ora aos amigos e contatos do país de origem, ora aos pais adotivos... O jovem que “se sente” etíope, mas sem abrir mão do fato de que é “antes de tudo, sueco”, é apenas um dos exemplos aqui levantados que desafia a noção, comum na lógica de comodificação, que uma pessoa possa ter apenas *uma* identidade, que deve pertencer a apenas *uma* família...

Apresentação

Nesse artigo, questões da desigualdade e do preconceito racial também se infiltram na análise. Lembrando os artigos de Corrêa e Brites, não podemos deixar de notar a ironia de uma família multiracial que inverte a antiga fórmula mãe-preta/filho-branco. O contraste entre os casos envolvendo babás e os de adoção transnacional renderia interessantes considerações sobre quando e, em que termos, aceita-se a idéia de diferença dentro da família.

Famílias em movimento: a justaposição de experiências diferentes

Conforme Thorne (1992), durante os anos 70, a crítica feminista à ideologia da “Família” contribuiu, ironicamente, para deixar esse modelo no centro do palco analítico. Uma primeira estratégia para destronar esse modelo e por em relevo outras dinâmicas familiares foi o resgate da experiência familiar de grupos minoritários no país do pesquisador – afro-americanos, chicanos ou asiáticos nos Estados Unidos, por exemplo. Em pouco tempo, no entanto, houve uma clara motivação para ampliar o escopo dessa proposta comparativa, quando os países do hemisfério Norte passaram a receber um contingente massivo de imigrantes “do Sul”. A noção da globalização (por fraca que seja, quando vista como um vago poder abstrato) assume novo interesse ao ser operacionalizada através dos elos precisos dessas redes de migração – elos que burlam os limites entre o local, o nacional e o global.

Atualmente, a presença de somalianos em Helsinque, de malianos em Paris, ou etíopes em Estocolmo – cada qual trazendo novos modos de ver e organizar a vida familiar – obriga os “euro-cêntricos”, querendo ou não, a relativizar a centralidade da família “moderna”. Diante desse cenário, a perspectiva comparativa não é mais privilégio do setor acadêmico. Salta aos olhos a funcionalidade da rede extensa de parentes e conhecidos para os processos migratórios, trazendo mais um argumento aos

antropólogos que, há tempos, afirmam que não há relação necessária entre “modernidade” e nuclearização da família.

Certamente, a idéia dessas “famílias em movimento” foi uma primeira e importante inspiração na organização deste dossiê. No entanto, à medida que fomos justapondo casos de migração, tornou-se evidente o quanto variam as experiências conforme as circunstâncias específicas de classe, barreiras nacionais, hierarquias de prestígio... A comparação do artigo de Marta Jardim com o de Peixoto e Luz, por exemplo, gera reflexões sobre a convivência de três gerações num mesmo espaço doméstico. A “coabitação”, vivida como apoio bem-vindo ou, ao contrário, como uma situação de tensão quase insuportável, emerge como uma questão que não depende de um ciclo transcultural de desenvolvimento (individual ou familiar) tanto quanto das circunstâncias – políticas, econômicas e culturais – nas quais o arranjo doméstico se insere.

Ao tomar como objeto de análise a relação nora-sogra em uma população hindu radicada em Moçambique (e inserida numa dinâmica de migrações constantes entre Índia, África e Europa), Marta Jardim combate estereótipos orientalistas sobre a radical submissão das jovens esposas. No âmbito da *sograría* existe uma estrutura que dita a submissão da noiva/esposa à família do marido. Entretanto, os dados etnográficos mostram como, na prática, as peripécias de cada trajetória – guerra, flutuações na economia local, ausência temporária da sogra, apoio de um irmão, competição de uma cunhada... – apresentam novos arranjos na política doméstica e novas possibilidades com as quais a mulher pode jogar. Ao seguir suas informantes nos diferentes momentos que marcam a relação com suas sogras – do *anelado* (espécie de noivado), à vida de esposa (fase de “fazer crescer e casar os filhos”) e, finalmente, à experiência de ser sogra grande –, a autora revela as constantes negociações que acompanham a gradativa mudança de *status*. Se existe a noiva que sonha com uma residência independente, só para ela e o marido (sonho, aparentemente, raramente realizado), vemos, afinal, que ela não

Apresentação

deixa de ter expectativas importantes em relação à ajuda financeira e moral que deve receber da *sograría* e ao *status* que ela mesma deve alcançar quando ascender à “sogra grande”.

Por outro lado, em estudo sobre a coabitação de gerações adultas no Brasil contemporâneo, Peixoto e Luz revelam uma situação que é freqüentemente vista como fonte de estresse e, eventualmente, de violência doméstica. Nesse artigo, um deslocamento de alguns quilômetros – do casal para a casa dos pais/sogros ou da avó para a casa dos filhos – parece representar uma mudança mais radical do que a provocada pelas viagens transcontinentais descritas por Marta Jardim. Aqui, mais uma vez, circunstâncias históricas são trazidas à tona para colocar em perspectiva as atitudes e comportamentos sob estudo. Há algumas décadas, ainda existiam políticas sociais que facilitavam a compra de moradia, permitindo às pessoas de renda modesta realizar um sonho caro à família nuclear – o da casa própria, que garante a autonomia do casal e sua autoridade na dinâmica familiar (educação dos filhos, distribuição das tarefas, etc.). Hoje, se o achatamento de salários e o desemprego galopante aumentaram a importância da rede familiar como ponto de apoio em situações de crise (viuvez, divórcio), o recuo de políticas de financiamento tornou mais difícil a aquisição e manutenção de uma casa independente. Nesse contexto, no qual a coabitação é uma necessidade premente e não uma opção, os rearranjos no espaço-tempo da rotina cotidiana que ela implica podem ser mal tolerados. Nos exemplos de avós que não querem “virar escrava dos filhos”, que resistem em ceder à “ditadura dos netos”, ou dos jovens adultos que descrevem cenas de invasão ou de falta de respeito da parte da geração mais velha, Peixoto e Luz nos alertam para as múltiplas variáveis que regulam as tensões inerentes nesse contexto.

Reprodução no exílio

A justaposição de mais dois casos, ambos de populações “exiladas”, também ressalta a importância de fatores contextuais na negociação da identidade – familiar, étnica e nacional. Na fronteira do Brasil com o Uruguai, Denise Jardim encontra um grupo de migrantes palestinos bem integrados nos setores profissionais e comerciais do local. Aqui, um filho de exilado (jovem nascido no país), que se considera brasileiro – “tão brasileiro quanto qualquer outro...” –, tenta explicar como, durante uma “viagem de retorno” a Palestina, descobriu que “lá”, apesar das dificuldades lingüísticas e culturais, se sente em casa. Se as viagens podem provocar uma sensação de “desintegração” da família (nuclear), o sentimento de pertencimento vai se firmando através da grande “família árabe”. Em uma rede onde as pessoas se identificam como “primo do primo do primo do primo do primo”, “todo mundo se considera familiar”. Enquanto a memória dos elos biológicos arrisca se perder com a morte dos anciãos, o parentesco, a base da convivência, vai se consolidando – na Palestina, nas lições de árabe dadas pelo velho “primo” do pai; na Inglaterra, no casamento de “uma prima dos caras aí”, onde dá para encontrar, além de “guris” do Brasil, “um monte de gente da região da Palestina...” Nesse contexto, além das possibilidades de viagem proporcionadas pela renda dos pais, fatores políticos – a interdição do portador de um passaporte palestino passar por Israel, o interesse pela Organização da Libertação da Palestina, ou a participação em eventos do *Sanaud* – conferem aos sentimentos de nacionalidade, etnia e família uma cor distinta dos vividos por outros migrantes.

No artigo seguinte do dossiê, Trpin traz os resultados de sua pesquisa entre chilenos morando do lado argentino da fronteira, cujos dilemas identitários são mediados, fundamentalmente, pelo lugar que esses empregados subalternos ocupam no mercado local de trabalho. Entre esses imigrantes, que trabalham em chácaras destinadas à fruticultura, a importância das relações familiares se

Apresentação

manifesta de muitas maneiras. Ao mesmo tempo em que se recorre a irmãos e outros membros da rede extensa para encontrar trabalho e moradia, a organização doméstica dos migrantes acaba se ajustando às ofertas de emprego, onde a família nuclear – com seus “braços” masculinos, femininos e infantis – é vista como uma vantagem. Aqui, mesmo entre jovens da segunda geração que nasceram na Argentina, e entre os que “não se acham” mais, quando tentam voltar ao país de origem, as pessoas se consideram e são consideradas “chilenas” em contraste aos donos de chácara (“brancos” ou “europeus”) reconhecidos como argentinos. A partir da socialização – seja nas rotinas cotidianas da unidade doméstica, nas gírias aprendidas nos grupos de trabalho, nas festas nacionais organizadas entre amigos, ou nas danças folclóricas ensinadas na escola –, esses filhos de imigrantes aprendem a “etnificar” seu lugar de trabalho. A “chilenidade”, acionada dessa maneira, acaba sendo a chave para a reprodução não somente da família, mas dessa força de trabalho que consegue compensar o *status* subalterno, marcando a distinção em relação a outra categoria de trabalhador ainda mais estigmatizada – a de *nortenho*.

A tecnologia como co-produtora das relações familiares

Uma última consideração – cuja importância, como a das migrações transnacionais, veio a se manifestar nos últimos anos – diz respeito à presença da tecnologia⁸ na “co-produção” da vida social (Jasanoff, 2004). Esse tema foi colocado em destaque, num primeiro momento, por pesquisadores centrados nas novas tecnologias contraceptivas (por ex., Barroso e Correa, 1995) e conceptivas – muitos dos quais participavam do campo em consolidação: a antropologia médica. No exterior e no Brasil houve uma pródiga produção, em particular, sobre as novas

⁸ Tecnologia, nessa discussão, não diz respeito simplesmente a máquinas, mas a todas as considerações (conhecimentos, estratégias...) que compõem a escolha dos meios usados para alcançar determinado fim (Ong e Collier, 2005:8).

tecnologias reprodutivas.⁹ Thompson (2005), na sua retomada da produção feminista sobre esse campo, delinea etapas distintas. A primeira – do nascimento de Louise Brown (1978) até o início dos anos 90 – teria sido marcada pela polarização entre “feministas liberais”, encantadas com a ampliação de escolhas proporcionadas pelas novas tecnologias reprodutivas, e “feministas radicais”. Estas, particularmente atentas à possibilidade de abusos eugênicos, se agrupavam em organizações como FINRRAGE¹⁰ e, denunciando as novas tecnologias como instrumento de uma medicina masculinista e de controle social patriarcal, pregavam que “nunca é tarde para dizer não”. A partir dos anos 90, durante a segunda fase, a pesquisa feminista teria mantido uma vigilância contra abusos eugênicos, assim como uma visão crítica diante da desigualdade de acesso às tecnologias. Porém, incluiria uma apreciação maior pela experiência, e eventual sofrimento, de mulheres antes e depois de procurarem ajuda das novas tecnologias.

A literatura da fase 2 não exibiu uma tecnofilia leviana em relação aos aspectos médicos, científicos e técnicos de infertilidade na época de tecnologias reprodutivas. Tampouco expressava a fé, típica do feminismo liberal ou socialista, na escolha reprodutiva e no progresso tecnológico. Contudo, conferia às tecnologias um papel muito menos monolítico, oposicional e desumano e muito mais mediador e ativo do que a conferida pelas pesquisas que a precederam. (...) A frase “toda tecnologia é uma tecnologia de reprodução” capturava o duplo sentido das novas possibilidades inerentes na tecnologia, assim como a crença de que mulheres e outros membros de grupos historicamente oprimidos não deveriam rejeitar, e sim, se

⁹ Para exemplos recentes no exterior, ver Franklin e McKinnon, 2001; Inhorn, 2002, 2007; Thompson, 2005; no Brasil, Grossi *et alii*, 2003; Costa, 2001; Ramirez-Galvez, 2003; Luna, 2004.

¹⁰ Feminist International Network of Resistance to Reproductive and Genetic Engineering.

Apresentação

emaranhar nos “jogos mais poderosos do pedaço” – ciência, tecnologia, e medicina (Thompson, 2005:70).¹¹

As pesquisas sobre ciência e tecnologia são imbuídas dessa nova perspectiva, na qual os estudiosos tentam entender as implicações políticas e sociais da tecnologia sem julgamentos *a priori*.¹² Haraway (1991) fala de “ciborgues” para descrever a inseparabilidade de pessoas e objetos tecnológicos; Latour (1994) elabora uma teoria de redes (ANT), na qual “humanos” e “não-humanos” aparecem ambos como atores de interação. Nessa literatura, a tecnologia não é mais vista como algo “de fora” agindo “sobre” o cultural ou social, mas como algo constitutivo do humano. Assim, quer se trate de intervenções médicas, meios de transporte e de comunicação, categorias de conhecimento científico ou estratégias de governança, as tecnologias que perpassam a vida familiar não são mais apresentadas como reflexo passivo de algum contexto agindo “sobre” ela. Essas tecnologias aparecem, agora, como co-produtoras do contexto e, assim, das “novas” formas familiares.¹³

Sargent, Larchanche-Kim e Yatera (neste volume) oferecem um exemplo claro de como a comunicação tem modificado a experiência de distância geográfica nas relações entre malianos em Paris e seus familiares que ficaram na África. Trinta anos atrás, um migrante poderia passar meses, senão anos, sem tomar conhecimento do que estava acontecendo na sua aldeia de origem. Hoje, essas mesmas pessoas aceitam gastar uma parte importante de suas (normalmente) minguadas rendas para falar regularmente com os irmãos, filhos, esposos e outros parentes que continuam lá. Se nem todos os aldeões galgaram a compra de um

¹¹ Tradução do inglês por Cláudia Fonseca.

¹² Ver, entre outros, *cadernos pagu* (27) – Ciência, substantivo feminino, plural – organizado por Maria Margaret Lopes.

¹³ Entre as recentes publicações nessa área, ver Peixoto e Clavairolle (2005), sobre a interação entre pessoas velhas e objetos tecnológicos na França.

celular, a grande maioria ainda pode aproveitar a proliferação de cabines comerciais ou conexões via satélite. Dessa forma, muitos migrantes exercem uma autoridade influente, participando de forma rotineira nas decisões da vida doméstica de pessoas morando a milhares de quilômetros de distância. A possibilidade de freqüentes contatos, por um lado, aumenta a dependência de comunidades na África dos que migraram para a França. Por outro lado, aumenta a responsabilidade dos migrantes que, ao atender a freqüentes demandas de ajuda moral e financeira, acabam vendo a tecnologia como, ao mesmo tempo, facilitadora e opressora.

Enquanto certas tecnologias acentuam a mobilidade populacional e o conseqüente redimensionamento da vida familiar, outras – especialmente quando combinadas a políticas de governo – aparecem como tentativa de “fixar” as famílias em movimento, induzindo os cidadãos a se comportarem conforme determinados modelos. No Brasil, há inúmeros estudos que esmiúçam as táticas embutidas em leis e projetos de intervenção voltadas para a “normalização” de comportamentos familiares não-convencionais.¹⁴ Neste dossiê, o artigo de Hautaniemi, sobre um programa de “reintegração familiar” entre imigrantes africanos na Finlândia, sugere como a tentativa de autoridades estatais de normalizar a população através de *uma* verdade familiar está se tornando crescentemente difícil. Visando fins humanitários, o Serviço de Imigração finlandês propõe permitir aos imigrantes recompor sua vida familiar, trazendo parentes da África. Entretanto, no processo, as autoridades são confrontadas à pergunta: quais parentes são mais “próximos” e, portanto, com direito à imigração? Diante de tal problema, as tabelas genealógicas da antropologia clássica parecem muito antiquadas,

¹⁴ Ver, por exemplo, Uziel (2007) sobre a adoção por homossexuais, Schuch (2005) sobre a “escola dos pais” promovida pelo Juizado para os familiares de adolescentes infratores, ou Vianna (2002) sobre a tentativa judicial de adequar práticas informais que envolvem a circulação de crianças às leis sobre guarda e adoção.

Apresentação

mas a ciência “de ponta” tampouco traz soluções tranquilas. Entre os resultados contundentes do teste DNA de paternidade, por um lado, e a circulação de crianças, a poligamia e demais práticas que dão “substância” às relações familiares “íntimas” em Somália, por outro, há literalmente um mundo de diferença. É esse mundo que os dados do autor, juntamente com os outros artigos que compõem este dossiê, nos convidam a explorar.

* * * *

Em suma, seja através de “reprodução” ou de “parentesco”, as novas abordagens implicam num profundo deslocamento de nossas categorias analíticas. Podemos considerar que tal deslocamento tenha se tornado inevitável a partir do momento em que Schneider desarraigou a reprodução da relação sexual, abrindo a filiação para elementos “estranhos” à intimidade conjugal. Fenômenos como as (já mencionadas) novas tecnologias reprodutivas e a popularização da adoção deram visibilidade a essa “abertura” da família a elementos novos. Se entre profissionais de outras áreas havia certa tendência a ver esses desenvolvimentos como um simples suporte ao modelo clássico de família (as tecnologias “dão uma mão a processos naturais”, a adoção “imita a natureza”), antropólogos, pelo contrário, passaram a enfatizar o fato de que algo profundo tinha mudado nas próprias percepções sobre as atividades de reprodução – algo que não poderia deixar de influenciar as próprias categorias do analista (Strathern, 1995).

Entre outras “verdades” que vieram a se impor no pensamento acadêmico, foi a da vida familiar enquanto um espaço poroso, perpassado por forças (flutuações no mercado de emprego, políticas de financiamento da casa própria, perseguições políticas, leis de nacionalidade...) e relações (com babás, patrões, autoridades aduaneiras, pais biológicos de filhos adotivos...) que se estendem muito além da unidade doméstica. Aqui, o “contexto” não consta como alguma entidade fixa que age de

De família, reprodução e parentesco...

forma abstrata sobre pessoas e instituições particulares “dentro” da sociedade. Sua presença na análise só faz sentido na medida em que se reatualiza através da observação – em situações concretas – dos elos, conectando pessoas a outras pessoas, assim como às múltiplas tecnologias que co-produzem a vida social. Os estudos etnográficos apresentados aqui certamente respondem individualmente a esse desafio, mas, integrados pela reflexão comparativa, eles revelam ainda outra riqueza, apontando para a fecundidade de abordagens conceituais centradas na reprodução e no parentesco.

Claudia Fonseca

Apresentação

Referências bibliográficas

- BARROS, Myriam Lins de. (org.) *Família e Gerações*. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2006.
- BARROSO, Carmen e CORREA, Sônia. What's so new about the new reproductive technologies? In: GINSBURG, Faye and RAPP, Rayna. (orgs.) *Conceiving the new world order*. Berkeley, University of California Press, 1995.
- BIRENBAUM-CARMELI, Daphna & INHORN, Marcia C. *Assisting Reproduction, Testing Genes: Global Encounters with New Biotechnologies*. London, Berghahn Books [no prelo].
- BONETTI, Alinne de Lima. Não basta ser mulher, tem de ter coragem: uma etnografia sobre gênero, poder, ativismo feminino popular e o campo político feminista de Recife-PE. Doutorado em Ciências Sociais – área de gênero –, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas/Unicamp, 2007.
- BROWNER, Carole. Situating women's reproductive activities. *American Anthropologist* 102(4), 2000, pp.773-788.
- BROWNER, Carole e SARGENT, Carolyn. *Globalization, Reproduction and the State*. Duke University Press, [no prelo].
- CARSTEN, Janet. *Cultures of relatedness: new approaches to the study of kinship*. Cambridge, Cambridge University Press, 2000.
- COLLEN, Shellee. "Like a mother to them": Stratified reproduction and West Indian childcare workers and employers in New York. In: GINSBURG, Faye and RAPP, Rayna. (orgs.) *Conceiving the new world order*. Berkeley, University of California Press, 1995.
- COLLIER, Jane; ROSALDO, Michelle Z. e YANAGISAKO, Silvia. Rethinking the family: some feminist questions. In: THORNE, Barrie e YALOM, Marilyn. (orgs.) *Rethinking the family: Some feminist questions*. Boston, Northeastern University Press, 1992.
- COSTA, Rosely Gomes. Concepção de filhos, concepções de pai: algumas reflexões sobre reprodução e gênero. Doutorado em Ciências Sociais – área de gênero –, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas/Unicamp, 2001.

- DEBERT, Guita; GREGORI, Maria Filomena e PISCITELLI, Adriana. (orgs.) *Gênero e distribuição da justiça: as delegacias de defesa da mulher e a construção das diferenças*. Campinas-SP, Núcleo de Estudos de Gênero – Pagu/Unicamp, Coleção Encontros, 2006.
- DUARTE, Luis Fernando D.; HEILBORN, Maria Luiza; LINS DE BARROS, Myriam e PEIXOTO, Clarice. (orgs.) *Família e religião*. Rio de Janeiro, Contra Capa, 2006.
- EDGAR, Don. Globalization and Western bias in family sociology. In: SCOTT, Jackie, TREAS, Judith and RICHARDS, Martin. (orgs.) *The Blackwell Companion to the Sociology of Families*. Oxford, Blackwell, 2003.
- FONSECA, Claudia. De afinidades a coalizões: uma reflexão sobre a transpolinização entre gênero e parentesco em décadas recentes da antropologia. *Ilha* 5(2), 2004, pp.5-31.
- FRANKLIN, Sarah e MCKINNON, Susan. (orgs.) *Relative values: reconfiguring kinship studies*. Durham & London, Duke University Press, 2001.
- GINSBURG, Faye D. e RAPP, Rayna. The politics of reproduction. *Annual Review of Anthropology* 20, 1991, pp.311-43.
- _____. (orgs.) *Conceiving the new world order: the global politics of reproduction*. Berkeley, University of California Press, 1995.
- GROSSI, Miriam; PORTO, Rozeli e TAMANINI, Marlene. (orgs.) *Novas tecnologias reprodutivas conceptivas: questões e desafios*. Brasília, Letras Livres, 2003.
- GROSSI, Miriam e SCHWADE, Elisete. *Política e cotidiano: estudos antropológicos sobre gênero, família e sexualidade*. Florianópolis, Novas Letras, 2006.
- GROSSI, Miriam; UZIEL, Anna Paula; MELLO, Luiz. (orgs.) *Conjugalidades, parentalidades e identidades lésbicas, gays e travestis*. Rio de Janeiro, Garamond, 2007.
- HARAWAY, Donna. *Simians, cyborgs, and women: the reinvention of nature*. New York/London, Routledge, 1991.
- HEILBORN, Maria Luiza; DUARTE, Luiz Fernando Dias; PEIXOTO, Clarice; LINS DE BARROS, Myriam. *Sexualidade, família e ethos religioso*. Rio de Janeiro, Garamond, 2005.

Apresentação

- HOWELL, Signe. Self-conscious kinship: Some contested values in Norwegian transnational adoption. In: FRANKLIN, Sarah e MCKINNON, Susan. (orgs.) *Relative values: Reconfiguring kinship studies*. Durham, Duke University Press, 2001.
- INHORN, Marcia C. e VAN BALEN, Frank. *Infertility around the globe: new thinking on childlessness, gender and reproductive technologies*. Berkeley, University of California Press, 2002.
- INHORN, M. C. (ed.) *Reproductive Disruptions: Gender, Technology, and Biopolitics in the New Millennium*. Oxford & New York, Berghahn Books [in the series *Fertility, Reproduction and Sexuality*, David Parkin and Soraya Tremayne (eds.), volume 11], 2007.
- IVY, Marilyn. Have you seen me? Recovering the inner child in late twentieth-century America. In: STEPHENS, Sharon. (org.) *Children and the politics of culture*. Princeton, Princeton University Press, 1995.
- JASANOFF, Sheila. (ed.) *States of Knowledge: The Co-Production of Science and Social Order*. London and New York, Routledge, 2004.
- LATOUR, Bruno. *Jamais fomos modernos*. Rio de Janeiro, Ed. 34, 1994.
- LEINAWEAVER, Jessaca e FONSECA, Claudia. (orgs.) The State and Children's Fate: Reproduction in Traumatic Times. *Childhood: A global journal of child research*, vol. xx, 2007.
- LUNA, Naara Lucia de. Provetas e clones: teorias da concepção, pessoa e parentesco nas novas tecnologias reprodutivas. Tese de Doutorado, Museu Nacional/UFRJ, 2004.
- MEYER, Dagmar E.E. A politização contemporânea da maternidade: construindo um argumento. *Gênero*, vol. 6, 2006, pp.81-104.
- ONG, Aihwa and COLLIER, Stephen J. *Global assemblages: technology, politics, and ethics as anthropological problems*. Oxford, Blackwell, 2005.
- PEIXOTO, Clarice e BOZON, Michel. Apresentação: Comportamentos familiares: resultados e perspectivas. *Interseções: Revista de estudos interdisciplinares* 3(2), 2001, pp.25-30.
- PEIXOTO, Clarice E. e CLAVAIROLLE, Françoise. *Envelhecimento, políticas sociais e novas tecnologias*. Rio de Janeiro, FGV, 2005.
- RAMIREZ-GALVEZ, Martha. Novas tecnologias reprodutivas conceptivas: fabricando a vida, fabricando o futuro. Doutorado em Ciências

- Sociais – área de gênero –, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas/Unicamp, 2003.
- ROSALDO, Michelle. O uso e abuso da antropologia: reflexões sobre o feminismo e o entendimento intercultural. *Horizontes Antropológicos*, nº1, 1995, pp.11-36.
- SCHNEIDER, David. *A critique of the study of kinship*. Ann Arbor, University of Michigan Press, 1984.
- SCHUCH, Patrice. Práticas de Justiça: uma Etnografia do “Campo de Atenção ao Adolescente Infrator” no Rio Grande do Sul depois do Estatuto da Criança e do Adolescente. Doutorado em Antropologia Social, PPGAS/UFRGS, Porto Alegre, 2005.
- STACEY, Judith. *Brave new families: stories of domestic upheaval in late twentieth-century America*. New York, Basic Books, 1990.
- STRATHERN, Marilyn. Displacing knowledge: technology and the consequences for kinship. In: GINSBURG, Faye and RAPP, Rayna. (orgs.) *Conceiving the new world order*. Berkeley, University of California Press, 1995.
- THOMPSON, Charis. *In Making parents: the ontological choreography of reproductive technologies*. London, MIT Press, 2005.
- THORNE, Barrie. Feminism and the family: two decades of thought. In: THORNE, B. e YALOM, M. (orgs.) *Rethinking the family: Some feminist questions*. Boston, Northeastern University Press, 1992.
- UZIEL, Ana Paula. *Homossexualidade e adoção*. Rio de Janeiro, Garamond, 2007.
- VIANNA, Adriana. Limites da menoridade: tutela, família e autoridade em julgamento. Doutorado em Antropologia, Museu Nacional/UFRJ, 2002.
- WARD, Martha. Early childbearing: what is the problem and who owns it? In: GINSBURG, Faye and RAPP, Rayna. (orgs.) *Conceiving the new world order*. Berkeley, University of California Press, 1995.
- WESTON, Kath. *Families We Choose: Lesbians, Gays, Kinship*. New York, Columbia University Press, 1992.
- ZELIZER, Viviana A. *The purchase of intimacy*. Princeton, Princeton University Press, 2005.